



Advogado

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES A SEGUIR

- Os Cadernos de Prova de cada cargo possuem 4 tipos diferentes, sendo o conteúdo das questões o mesmo para todos, diferenciando-se apenas a ordem das questões e alternativas.
- Verifique acima o tipo do seu Caderno de Prova e preencha no cartão-resposta, em campo específico, o número correspondente ao tipo do seu Caderno de Prova.
- Cada questão da prova objetiva constitui-se de quatro alternativas, identificadas pelas letras A, B, C e D, das quais apenas uma é a resposta correta.
- Todas as respostas julgadas como corretas do Caderno de Prova deverão ser transportadas para o cartão-resposta, o qual será o único documento válido para a correção das provas objetivas e não será substituído em hipótese alguma.
- Faça o preenchimento do tipo de prova e da alternativa que julgar correta, conforme o exemplo a seguir: ●
- Confira se este Caderno de Prova corresponde ao cargo para o qual você se inscreveu e se o mesmo contém **35** questões, numeradas de **1 a 35**.
- Verifique no caderno de prova se faltam folhas, se a sequência de questões está correta e se há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas. Não serão consideradas reclamações posteriores ao término da prova.
- Deixe sobre a carteira apenas documento de identificação, caneta esferográfica de tinta azul ou preta feita de material transparente e recipiente com água, sem qualquer etiqueta ou rótulo.
- A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais.
- Ao terminar sua prova, entregue o cartão-resposta devidamente **preenchido e assinado** ao fiscal de sala e retire-se imediatamente do local de aplicação das provas.

TEMPO DE PROVA

- A prova objetiva terá duração máxima de **3h00min**, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta.
- O candidato somente poderá retirar-se do local de prova após 30 minutos de seu início e poderá levar o caderno de provas.
- Os 3 (três) últimos candidatos somente poderão retirar-se da sala de prova simultaneamente e devem fazê-lo após o encerramento da ata de sala.

NÃO É PERMITIDO

- Folhear o Caderno de Prova antes da autorização do fiscal.
- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova, sob qualquer forma ou alegação.
- Qualquer tipo de consulta, seja por meio de recursos didáticos, elétricos ou eletrônicos.
- Sair da sala durante a realização da prova sem o acompanhamento de um fiscal.
- Uso do banheiro após entregar seu cartão-resposta.
- A permanência de candidatos no local de realização das provas após o término e a entrega do cartão-resposta.

Conhecimentos Específicos

Questão 01

Durante um seminário sobre gestão fiscal e responsabilidade administrativa, diversos prefeitos e secretários municipais debateram sobre as exigências impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para garantir a transparência e a eficiência na administração pública. Um dos pontos discutidos foi a necessidade de criar mecanismos que assegurem a correta aplicação dos recursos públicos. Em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa correta:

- (A) A LRF não se aplica às empresas estatais dependentes.
- (B) A LRF veda a criação de despesas obrigatórias de caráter continuado.
- (C) A LRF estabelece que os entes da Federação devem criar e manter um sistema de controle interno.
- (D) A LRF permite a contratação de operações de crédito acima do limite estabelecido, desde que previamente autorizada pelo Congresso Nacional.

Questão 02

Durante uma audiência pública sobre gestão orçamentária e finanças públicas, foi levantada a questão do pagamento de precatórios judiciais pelo município de Fortaleza. Vários cidadãos estavam preocupados com o atraso no pagamento e as prioridades estabelecidas pelo governo municipal. Com base na Constituição Federal e na legislação vigente, é correto afirmar que:

- (A) O inadimplemento de precatórios não gera nenhuma consequência para o ente devedor.
- (B) Os precatórios devem ser pagos no exercício financeiro seguinte à sua expedição, independentemente de previsão orçamentária.
- (C) Os precatórios de pequeno valor não podem ser pagos por meio de RPV (Requisição de Pequeno Valor).
- (D) Os precatórios alimentares têm preferência sobre os demais.

Questão 03

Em relação à tutela provisória no Código de Processo Civil (CPC), assinale a alternativa correta:

- (A) A tutela provisória de evidência pode ser concedida independentemente de demonstração de probabilidade do direito.
- (B) A tutela provisória de urgência pode ser concedida sem a demonstração de perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.
- (C) A tutela provisória de urgência pode ser requerida em caráter antecedente ou incidental.
- (D) A tutela provisória não pode ser concedida em liminar.

Questão 04

Ana, empresária de uma pequena empresa, entrou com uma ação contra um fornecedor que não cumpriu com as obrigações contratuais, causando-lhe prejuízos significativos. Para evitar maiores danos ao seu negócio e proteger seus direitos, Ana solicitou ao juiz a concessão de tutela provisória de evidência, apresentando documentos que comprovam claramente os fatos constitutivos de seu direito. Considerando o Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

- (A) Só pode ser concedida após a citação do réu.
- (B) Pode ser concedida quando houver prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor.
- (C) Depende da demonstração de perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.
- (D) Não pode ser concedida se houver controvérsia sobre matéria de direito.

Questão 05

Durante uma reunião entre os secretários de fazenda de diversos estados brasileiros, discutiu-se a importância dos princípios constitucionais tributários na elaboração e implementação das políticas fiscais. Um dos temas em pauta foi o princípio da anterioridade, que visa garantir previsibilidade aos contribuintes e evitar surpresas fiscais ao longo do exercício financeiro. Com base nos princípios constitucionais tributários, assinale a alternativa correta:

- (A) O princípio da capacidade contributiva não se aplica ao imposto sobre a renda.
- (B) O princípio da legalidade tributária permite a cobrança de tributo sem lei que o estabeleça.
- (C) O princípio da isonomia autoriza tratamento diferenciado entre contribuintes em situações equivalentes.
- (D) O princípio da anterioridade veda a cobrança de tributo no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que o instituiu ou aumentou.

Questão 06

João, servidor público do município de São Paulo, foi acusado de utilizar recursos públicos em benefício próprio, enriquecendo-se ilícitamente. A Procuradoria Geral do Município iniciou uma investigação e constatou que João havia desviado recursos destinados à saúde pública. Com base na Lei nº 8.429/1992, a Procuradoria ingressou com uma ação judicial contra João. Em relação à improbidade administrativa, assinale a alternativa correta:

- (A) Ação de improbidade administrativa pode ser proposta apenas pelo Ministério Público.
- (B) A Lei nº 8.429/1992 estabelece que os atos de improbidade podem ser punidos com a suspensão dos direitos políticos.

- (C) Não há necessidade de dano ao erário para a caracterização de improbidade administrativa.
- (D) A prática de ato de improbidade administrativa só pode ser punida com a perda da função pública.

Questão 07

Sobre jurisdição e ação no Código de Processo Civil (CPC), é correto afirmar que:

- (A) A jurisdição é exercida exclusivamente pelos Tribunais de Justiça dos Estados.
- (B) A jurisdição pode ser exercida por órgãos administrativos.
- (C) A ação é um ato unilateral do juiz.
- (D) A ação é o direito de pedir em juízo a tutela jurisdicional.

Questão 08

Durante uma palestra sobre os direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal de 1988, um advogado especialista em direitos humanos apresentou casos reais em que esses direitos foram colocados à prova. Em um dos exemplos, mencionou-se a atuação policial em situações de emergência, como desastres naturais e flagrante delito, abordando a inviolabilidade do domicílio.

Com base nos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- (A) A inviolabilidade do domicílio admite exceção em caso de flagrante delito, desastre ou para prestar socorro.
- (B) A extradição de brasileiro nato é permitida em casos de crime de terrorismo.
- (C) O direito de associação para fins ilícitos é assegurado pela Constituição.
- (D) O direito à liberdade de expressão não inclui a manifestação do pensamento.

Questão 09

Sobre a nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), assinale a alternativa correta:

- (A) A nova Lei de Licitações proíbe a realização de contratação direta.
- (B) A nova Lei de Licitações estabelece que o pregão é a modalidade preferencial para contratações comuns.
- (C) A nova Lei de Licitações permite a dispensa de licitação para compras de até R\$10.000,00.
- (D) A nova Lei de Licitações não prevê a modalidade de concorrência.

Questão 10

Em relação ao controle de constitucionalidade no Brasil, é correto afirmar que:

- (A) O controle difuso é realizado exclusivamente pelo Supremo Tribunal Federal.
- (B) No controle concentrado, o Supremo Tribunal Federal pode declarar a inconstitucionalidade de uma lei ou ato normativo com efeitos erga omnes.
- (C) As decisões do Supremo Tribunal Federal em ações diretas de inconstitucionalidade têm efeitos vinculantes apenas para o Poder Executivo.
- (D) O Senado Federal não possui competência para suspender a execução de lei declarada inconstitucional pelo STF no controle difuso.

Questão 11

Sobre os princípios gerais do processo, é correto afirmar que:

- (A) O princípio do contraditório permite que uma das partes seja ouvida sem a outra ter ciência.
- (B) O princípio da cooperação exige que as partes e o juiz ajam de forma colaborativa durante o processo.
- (C) O princípio da ampla defesa não se aplica ao processo civil.
- (D) O princípio da isonomia assegura tratamento desigual aos litigantes em situações iguais.

Questão 12

Sobre os princípios fundamentais da Constituição da República de 1988, é correto afirmar que:

- (A) A soberania é um objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.
- (B) A República Federativa do Brasil visa garantir a livre iniciativa como princípio fundamental.
- (C) O pluralismo político não é considerado um fundamento da República Federativa do Brasil.
- (D) A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como um de seus fundamentos a dignidade da pessoa humana.

Questão 13

Sobre os remédios constitucionais, assinale a alternativa correta:

- (A) O mandado de segurança pode ser utilizado para proteger direito líquido e certo ameaçado por ilegalidade ou abuso de poder.
- (B) O mandado de injunção destina-se a proteger direitos difusos.
- (C) A ação popular é um instrumento jurídico utilizado exclusivamente por pessoas jurídicas para a proteção do meio ambiente.
- (D) O habeas corpus é utilizado para proteger direitos relativos à liberdade de locomoção, desde que haja prova documental.

Questão 14

A respeito dos princípios da Administração Pública, é

correto afirmar que:

- (A) A moralidade administrativa está relacionada à observância de preceitos éticos e de probidade no exercício da função pública.
- (B) A legalidade administrativa é o princípio que permite que a Administração Pública aja conforme sua própria vontade, sem observância de normas.
- (C) A eficiência administrativa é um princípio que não está previsto expressamente na Constituição Federal.
- (D) O princípio da publicidade determina que todos os atos administrativos devem ser mantidos em sigilo absoluto.

Questão 15

A cidade de Porto Alegre está finalizando o processo de elaboração de suas peças orçamentárias para o próximo exercício. Durante uma audiência pública, alguns cidadãos manifestaram dúvidas sobre a importância e a função de cada uma dessas peças no planejamento financeiro do município. Em relação ao Orçamento Público, é CORRETO afirmar que:

- (A) A Lei de Diretrizes Orçamentárias orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual.
- (B) O Plano Plurianual é um instrumento de planejamento de curto prazo.
- (C) Precatórios judiciais não precisam ser previstos no orçamento.
- (D) A Lei Orçamentária Anual não necessita de aprovação pelo Poder Legislativo.

Questão 16

As limitações ao poder de tributar incluem, exceto:

- (A) Princípio da anterioridade.
- (B) Imunidade tributária.
- (C) Princípio da capacidade contributiva.
- (D) Princípio da irretroatividade.

Questão 17

Durante uma reunião de planejamento tributário, os gestores municipais de várias cidades do interior do estado de São Paulo discutiam sobre a possibilidade de estabelecer parcerias e convênios para otimizar a arrecadação de tributos. Um dos gestores sugeriu que a competência tributária poderia ser delegada a outras entidades para maior eficiência. Com base no Código Tributário Nacional, é correto afirmar que:

- (A) A competência tributária pode ser transferida mediante convênio entre entes federativos.
- (B) A competência tributária pode ser exercida por pessoas jurídicas de direito privado.
- (C) A competência tributária é indelegável.
- (D) A competência tributária é delegável.

Questão 18

Em relação à suspensão do processo, é correto afirmar que:

- (A) A suspensão do processo por motivo de força maior não está prevista no CPC.
- (B) A suspensão do processo só pode ser decretada de ofício pelo juiz.
- (C) O processo pode ser suspenso por convenção das partes por prazo máximo de seis meses.
- (D) A suspensão do processo implica na interrupção dos prazos processuais.

Questão 19

Sobre a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), é correto afirmar que:

- (A) A ação de improbidade pode ser proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada.
- (B) A sanção de perda da função pública pode ser aplicada mesmo sem o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- (C) A Lei de Improbidade Administrativa aplica-se exclusivamente aos agentes públicos.
- (D) A improbidade administrativa depende da ocorrência de dano ao erário para ser configurada.

Questão 20

Sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/00), assinale a alternativa correta:

- (A) A Lei de Responsabilidade Fiscal não exige transparência na gestão fiscal dos entes federados.
- (B) A Lei de Responsabilidade Fiscal impõe limites de endividamento apenas para a União.
- (C) A Lei de Responsabilidade Fiscal permite a realização de operações de crédito sem restrições, desde que aprovadas pelo Legislativo.
- (D) A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que a despesa com pessoal deve respeitar limites percentuais da receita corrente líquida.

Língua Portuguesa

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 21 a 30.

Sal e os riscos à saúde

O sal é a principal fonte de sódio na nossa dieta. Nosso organismo precisa de sódio para muitas funções, sendo as principais o funcionamento correto das células e a regulação do equilíbrio de fluidos, eletrólitos e da pressão arterial. Assim, o sódio é essencial para que o corpo funcione.

Mas e o sal? A ingestão de sal de mesa fornece 90% do sódio da nossa dieta. A OMS, Organização Mundial da

Saúde, recomenda que pessoas saudáveis consumam menos de 5 gramas de sal por dia, o equivalente a cerca de uma colher de chá.

No Brasil, o consumo é de 9,34 gramas de sal por dia, segundo a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2013.

Consumir muito sal aumenta a pressão arterial em qualquer idade. Além disso, o excesso implica maior risco de doenças cardiovasculares, câncer gástrico e acidentes vasculares cerebrais.

No entanto, sabemos que podemos reduzir o risco dessas doenças melhorando os níveis de pressão arterial ao reduzir o consumo de sal.

Diferentes tipos de sal estão disponíveis nos supermercados para temperar comidas.

Eles variam conforme a técnica de extração, zona geográfica, composição, textura ou cor e a opção mais saudável é sempre a de menor quantidade de sódio.

O sal refinado ou comum é o mais utilizado, composto por cloreto de sódio, em uma proporção entre 97% e 99%. Por ser tão refinado, não contém impurezas e é pobre em nutrientes.

Já o sal marinho é extraído a partir da evaporação da água do mar, não é refinado e possui mais oligoelementos e minerais. Além disso, é rico em iodo, o que é bom para o organismo. A flor de sal marinho, os cristais colhidos manualmente após evaporação da água do mar, contém 10% menos sódio do que o sal comum.

Assim como o sal marinho, o sal rosa do Himalaia também contém menos sódio que o refinado, porém contém outros minerais como magnésio e potássio. O sal céltico ou sal cinzento também é baixo em sódio e rico em outros minerais. Há, ainda, o chamado sal light, ou de baixo teor de sódio, que contém 50% menos sódio que o sal comum.

E, finalmente, existe o sal de potássio, que não tem sódio. Embora pareça uma solução para o excesso de sal, seu uso deve ser prescrito por um médico, pois só é indicado em caso de algumas doenças, já que pode levar a um excesso de potássio na dieta.

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cjggl60yp2yo>.adaptado.

Questão 21

Seu uso só é indicado em caso de algumas doenças, já que pode levar a 'um excesso de potássio' na dieta.

Sintaticamente, nesta frase, o termo destacado exerce a função de:

- (A) objeto indireto.
- (B) objeto direto preposicionado.
- (C) adjunto adnominal do objeto.
- (D) complemento nominal.

Questão 22

No Brasil, o consumo é de 9,34 gramas de sal por dia,

segundo a Pesquisa Nacional de Saúde de 2013.

Assinale a opção CORRETA quanto à nova pontuação sem alteração do sentido original da frase:

- (A) Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde, de 2013, no Brasil, o consumo é de 9,34 gramas, de sal, por dia.
- (B) A Pesquisa Nacional de Saúde de 2013 no Brasil, segundo o consumo é de 9,34 gramas de sal por dia.
- (C) A Pesquisa Nacional de Saúde de 2013, no Brasil, segundo o consumo é de 9,34 gramas de sal, por dia.
- (D) Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde de 2013, no Brasil, o consumo é de 9,34 gramas de sal por dia.

Questão 23

A ingestão de sal de mesa fornece 90% do sódio da nossa dieta.

Sintaticamente, é CORRETO afirmar que, nesta frase:

- (A) '90%' é o predicativo do sujeito do predicado nominal.
- (B) 'sal' é o núcleo do sujeito simples da oração.
- (C) o predicado é verbo-nominal composto por dois núcleos.
- (D) 'a ingestão de sal de mesa' representa o sujeito simples da oração.

Questão 24

Já o sal marinho é extraído da evaporação da água do mar, não é refinado e possui minerais. Além disso, é rico em iodo.

De acordo com as regras de acentuação, é CORRETO afirmar que:

- (A) existem dois vocábulos acentuados por serem proparoxítonos.
- (B) 'extraído' recebe acento por ser um vocábulo paroxítono seguido ou não de 's'.
- (C) 'já – é' são vocábulos acentuados por serem monossílabos tônicos terminados em 'a – e' respectivamente.
- (D) existem dois vocábulos acentuados por serem oxítonos terminados em 'a' – 'em'.

Questão 25

No entanto, sabemos que podemos reduzir o risco dessas doenças melhorando os níveis de pressão arterial 'ao reduzir o consumo de sal'.

A expressão destacada trata-se de uma oração:

- (A) subordinada adverbial reduzida de infinitivo.
- (B) coordenada sindética explicativa.
- (C) coordenada sindética conclusiva.
- (D) subordinada substantiva reduzida de participípio.

Questão 26

O consumo equilibrado de sal, além de garantir o funcionamento do corpo, ajuda a prevenir doenças.

Com base no texto, qual das afirmativas abaixo é verdadeira sobre o consumo de sal e suas variações?

- (A) O sal rosa do Himalaia e o sal céltico são completamente livres de sódio, sendo a melhor opção para pessoas que desejam eliminar o sódio da dieta sem a necessidade de prescrição médica.
- (B) A ingestão de sal de mesa fornece a maior parte do sódio na nossa dieta, e o consumo excessivo está relacionado ao aumento da pressão arterial e a riscos cardiovasculares. Diferentes tipos de sal variam em teor de sódio e a opção mais saudável é aquela com menor quantidade de sódio.
- (C) A flor de sal marinho, embora contenha um teor menor de sódio em comparação ao sal comum, não possui iodo e é, portanto, uma escolha menos saudável para a dieta.
- (D) O consumo de sal refinado é recomendado pela OMS devido ao seu baixo teor de nutrientes e impurezas. Este tipo de sal é essencial para manter os níveis de sódio no corpo dentro do recomendado.

Questão 27

Assim como o sal marinho, o sal rosa do Himalaia também contém menos sódio que o refinado, 'porém contém outros minerais como magnésio e potássio'.

A expressão destacada trata-se de uma oração:

- (A) Subordinada substantiva objetiva direta.
- (B) Assindética pronominal reflexiva.
- (C) Substantiva adjetiva explicativa.
- (D) Coordenada sindética adversativa.

Questão 28

A flor de sal marinho, 'os cristais colhidos manualmente após evaporação da água do mar', contém 10% menos sódio do que o sal comum.

Sintaticamente, nesta frase, o termo destacado exerce a função de:

- (A) Oração intercalada.
- (B) Vocativo.
- (C) Aposto.
- (D) Oração apositiva.

Questão 29

Eles 'variam' conforme a técnica de extração, zona geográfica, composição, textura ou cor.

O verbo destacado, nesta frase, comporta-se como um verbo:

- (A) Transitivo direto.
- (B) Intransitivo.

(C) Transitivo indireto.

(D) Bitransitivo.

Questão 30

'Diferentes tipos de sal estão disponíveis nos supermercados' para temperar comidas.

Na expressão destacada, tem-se a presença de predicado:

- (A) Pronominal.
- (B) Verbo-nominal.
- (C) Verbal.
- (D) Nominal.

Conhecimentos Gerais

Questão 31

A vegetação dominante é composta pela savana, com árvores baixas, raízes profundas, folhas grossas e galhos retorcidos. Essas características auxiliam à planta na captação das águas subterrâneas. Essa descrição refere-se à qual bioma encontrado no Brasil?

- (A) Cerrado.
- (B) Mangue.
- (C) Caatinga.
- (D) Pantanal.

Questão 32

A diversidade geográfica e humana de Santa Catarina é surpreendente para um território de apenas 95,4 mil km², o menor Estado do Sul do Brasil. Uma viagem de poucas horas de carro é suficiente para experimentar mudanças radicais no clima, na paisagem, nos sotaques e culturas.

Disponível em: <https://estado.sc.gov.br/conheca-sc/geografia/>.

Sendo assim, o Estado é dividido em:

- (A) Seis principais regiões: Litoral, Nordeste, Vale do Itajaí, Planalto Serrano, Sul e Oeste.
- (B) Oito principais regiões: Litoral, Nordeste, Norte, Vale do Silício, Planalto Serrano, Sul, Meio-Oeste e Leste.
- (C) Seis principais regiões: Nordeste, Vale do Silício, Planalto Serrano, Norte, Sul e Oeste.
- (D) Oito principais regiões: Litoral, Nordeste, Planalto Norte, Vale do Itajaí, Planalto Serrano, Sul, Meio-Oeste e Oeste.

Questão 33

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Mondai/SC compete ao Município instituir alguns tributos descritos abaixo, marque a alternativa INCORRETA.

- (A) imposto sobre propriedade predial e territorial urbana.

- (B) imposto sobre transmissão inter-vivos, a qualquer título, por ato oneroso de bens imóveis, por natureza ou por acessão física e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bens como cessão de direito a sua aquisição.
- (C) imposto sobre propriedade territorial urbana, apenas.
- (D) imposto sobre serviços de qualquer natureza, definidos em lei complementar.

Questão 34

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Mondai/SC é proibida a nomeação para cargo em comissão, designação para exercer função gratificada e a admissão em caráter temporário de excepcional interesse público sem processo seletivo, de cônjuge, companheiro(a) ou parentes, consanguíneo em linha reta ou colateral até o terceiro grau ou por afinidade em linha reta até o terceiro grau, ou em linha colateral até o segundo grau, relacionados à alguns agentes públicos. Sobre esse assunto, tem-se o termo nepotismo cruzado que refere-se:

- (A) a nomeação simultânea de parentes do vice-prefeito junto ao Executivo Municipal e de parentes dos Secretários Municipais junto ao Legislativo Municipal.
- (B) a nomeação simultânea de parentes do vice-prefeito junto ao Legislativo Municipal e de parentes dos ocupantes de cargos equivalentes na administração pública municipal indireta junto ao Executivo Municipal.
- (C) a nomeação simultânea de parentes do prefeito junto ao Executivo Municipal e de parentes dos vice-prefeito junto ao Legislativo Municipal.
- (D) a nomeação simultânea de parentes do prefeito junto ao Legislativo Municipal e de parentes dos vereadores junto ao Executivo Municipal.

Questão 35

Um estudo citado pela Nasa - agência pública espacial dos Estados Unidos (EUA) - repercutiu nos últimos dias na imprensa brasileira ao prever que áreas do Brasil poderiam ficar inabitáveis até 2070 provocado pelas mudanças climáticas. Liderada pelo cientista Colin Raymond, a pesquisa foi publicada em 2020 na Science Advances, uma das mais respeitadas revistas científicas do mundo. Porém, no estudo original não aparece o Brasil. Em março de 2022, um blog da Nasa repercutiu o estudo com Colin, que é funcionário da agência especial. O texto do blog cita o Brasil como uma das regiões vulneráveis às mudanças climáticas.

Fonte: Lucas Pordeus Léon. Agência Brasil. 24/07/2024.

De acordo com a reportagem o que levaria as regiões a ficarem inabitáveis?

- (A) Calor extremo.
- (B) Frio extremo.
- (C) Tornados.
- (D) Enchentes.